

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LIVIAN CRISTINA DE LIMA FRANCISQUINI

**CONTABILIDADE AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: uma
análise das empresas do setor de materiais básicos listadas na B3 à luz da NBC T 15
no período 2013-2017**

**JUIZ DE FORA
Junho 2018**

Livian Cristina de Lima Francisquini

CONTABILIDADE AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: uma análise das empresas do setor de materiais básicos listadas na B3 à luz da NBC T 15 no período 2013-2017

Trabalho de conclusão de curso apresentado pela acadêmica Livian Cristina de Lima Francisquini ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Júlio César Mendes.

Juiz de Fora
2018

**ATA DE DEFESA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ao 11 dias do mês de junho de 2018, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de **LIVIAN CRISTINA DE LIMA FRANCISQUINI**, discente regularmente matriculado(a) no Bacharelado em Ciências Contábeis sob o número nº 201478042, **CONTABILIDADE AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**: uma análise das empresas do setor de materiais básicos listadas na B3 à luz da NBC T 15, no período de 2013-2014. Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente _____ (aprovado(a)/reprovado(a). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, 11 de junho de 2018

Prof. Júlio Cesar Mendes
Orientador (a)

Prof. Ma. Heloisa Baia da Costa

Prof. Me. Rodrigo Ferraz de Almeida



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio. Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Juiz de Fora, 11 de junho de 2018

LIVIAN CRISTINA DE LIMA FRANCISQUINI

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

² Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força quando mais preciso. A minha mãe Maria das Graças e minha avó Maria de Lourdes, por sempre acreditarem em mim. Agradeço ao Geovane pelo incentivo e compreensão durante esses anos.

Agradeço aos professores por todo o ensinamento e aos membros da minha banca Heloisa B. da Costa e Rodrigo Ferraz de Almeida. E também, ao meu orientador Júlio Cesar Mendes.

Agradeço também aos meus amigos pelo carinho e companheirismo durante esses anos. Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mãe.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:.....	25
Quadro 2:.....	26
Quadro 3:.....	27
Quadro 4:.....	31
Quadro 5:.....	32
Quadro 6:.....	33
Quadro 7:.....	34

RESUMO

A partir de meados do Século XX emergiram as preocupações da sociedade com o uso racional dos recursos naturais, de forma a garantir a qualidade de vida das populações atuais e futuras. Nessa perspectiva em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), a partir da publicação do Relatório *Brundtland*, passou a adotar o termo desenvolvimento sustentável. Assim, na atualidade as empresas têm utilizado a contabilidade ambiental para evidenciar aos *stakeholders* suas ações voltadas para a sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. Nesse contexto a pergunta que norteou esse estudo foi: as empresas do setor de materiais básicos listadas na B3 fazem a evidência ambiental à luz da NBC T 15? E teve por objetivo analisar a importância da contabilidade na divulgação da informação nos aspectos ambientais. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica, e também análise das demonstrações contábeis das empresas no período de 2013-2017. Esse trabalho pode ser considerado relevante, pois, na atualidade um dos maiores desafios encontrados pela contabilidade ambiental é identificar problemas ou situações que possam comprometer o meio ambiente.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Evidência ambiental. NBC T 15. Responsabilidade sócio ambiental.

ABSTRACT

From the mid-twentieth century emerged the concerns of society with the rational use of natural resources, in order to guarantee the quality of life of current and future populations. From this perspective, in 1987, the World Commission on Environment and Development (CMMAD), since the publication of the Brundtland Report, adopted the term sustainable development. Thus, at present, companies have used environmental accounting to show to stakeholders their actions focused on environmental sustainability and social responsibility. In this context, the question that led to this study was: do the companies in the basic materials sector listed on B3 make the environmental disclosure in light of NBC T 15? And it aimed to analyze the importance of accounting in the dissemination of information in environmental aspects. The methodology used consisted of a bibliographic review. This work can be considered relevant, because at present one of the major challenges encountered by environmental accounting is to identify problems or situations that could compromise the environment.

Keywords: Environmental accounting. Environmental evidence. NBC T 15. Socio-environmental responsibility.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Responsabilidade sócio ambiental das empresas.....	14
2.2 Contabilidade ambiental.....	16
3.1 Evidenciação ambiental e divulgação voluntária (<i>disclosure</i>).....	19
3. METODOLOGIA.....	24
3.1 Objeto de estudo	24
3.2 Materiais.....	25
3.2 Métodos	26
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	28
4.1 Uma análise das empresas do setor de materiais básicos listadas na B3 à luz da NBC T 15	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	41

1 INTRODUÇÃO

Ao pesquisar as ciências contábeis pode-se compreender que esse é um domínio do conhecimento voltado ao estudo e controle do patrimônio das organizações públicas e/ou privadas, que tem por finalidade auxiliar as tomadas de decisões econômicas, “fornecendo informações estruturadas, expostas em relatórios como balanço patrimonial, demonstrações de resultado do exercício, demonstrações de fluxo de caixa, entre outros”. (BOTH; FISCHER, 2017, p. 51). Outra atribuição da contabilidade, na atualidade, é a mensuração dos recursos ambientais utilizados por uma empresa.

A partir da 1^o Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, que ocorreu em Estocolmo em 1972, tem havido pressão social de distintos grupos, tais como fornecedores, clientes, colaboradores, dentre outros, para que as organizações fizessem uma utilização racional dos recursos ambientais. Contudo, seria em 1987, que a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) passaria a utilizar o termo desenvolvimento sustentável com a publicação do Relatório *Brundtland*, que dentre outros pontos destacava a escala dos problemas sociais, políticos, ambientais, e econômicos a serem enfrentados pelos países e organizações (DOMENICO et al., 2012; MELLO et al., 2016; FREITAG et al., 2016).

De acordo com Los et al. (2013) a partir da década de 1970 as empresas passaram a sofrer pressão de entidades governamentais e civis para que essas passassem a priorizar também o desenvolvimento sustentável e não apenas o retorno econômico, e nesse contexto, os gestores começaram a discutir formas de desenvolver e implementar a responsabilidade social corporativa (RSC) e sustentabilidade.

Mello et al. (2016) apontam que é possível observar no século XXI que existe pressão social para que as entidades governamentais e as organizações passem a assumir uma postura ética na utilização dos recursos naturais, prestando conta de suas ações a coletividade.

Deve-se apontar que o Brasil embora tenha buscado nos últimos anos adotar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, essas têm avançado de forma lenta, e nesse contexto a maior parte das empresas no país ainda priorizam os lucros em detrimento da conservação ambiental.

Contudo, Fernandes et al. (2017) apontam que em virtude da pressão exercida pela sociedade para que as organizações assumam suas responsabilidades em relação às questões ambientais, tem havido cada vez mais necessidade pela transparência empresarial, evidenciada por meio da contabilidade ambiental.

Ferreira et al. (2016) apontam que:

Para que a organização tenha boa reputação no aspecto social e ambiental, é importante que conduza as ações com transparência e confiabilidade. Logo, o que se percebe é que as questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade nas diferentes áreas, bem como na contabilidade socioambiental, têm motivado interesses não só da comunidade acadêmica, mas também das empresas (FERREIRA et al., 2016).

Assim, as empresas que se preocupam com o meio ambiente passaram a ter uma melhor imagem diante à sociedade, fazendo com que seja um referencial entre o meio empresarial, observou-se também que parte dos consumidores preferem pagar mais caro por produtos ecologicamente corretos. Outro benefício observado devido ao desenvolvimento sustentável são as economias provenientes das novas práticas empresariais como “reutilização da água, a venda de resíduos, o reaproveitamento de materiais”. (LINS, 2015, p. 88).

Com o aumento dos interesses sociais sobre meio ambiente surgiu a contabilidade ambiental que veio para auxiliar a população e principalmente os gestores, transmitindo informações financeiras relevantes, e conhecendo mais sobre o meio ambiente assim como a entidade e suas necessidades (FERREIRA, 2012).

Lins (2015, p. 89) define:

A contabilidade ambiental pode ser definida como instrumento de mensuração e acompanhamento dos gastos voltados à preservação e mitigação dos danos ambientais e ainda na avaliação de desempenho, devidamente integrada e coordenada com a contabilidade financeira, abrangendo desde a avaliação e classificação dos fornecedores sob a ótica ambiental para a aquisição de insumos, até a destinação dos descartes dos seus produtos pelos seus consumidores.

A contabilidade ambiental contribui para a tomada de decisões através das informações geradas, auxiliando no reconhecimento e mensuração das atividades desenvolvidas na empresa. Seu objetivo é mostrar quais atividades e transações que causam modificações no meio ambiente e os resultados que essas transações resultam em sua posição econômica.

Nesse contexto Mello et al. (2016, p. 99) afirmam que “a Contabilidade Ambiental desempenha importante papel ao promover registro e processamento das informações relativas aos eventos ambientais, apoiando, desse modo, os diferentes usuários em suas

tomadas de decisão”. Assim, a contabilidade usada como um meio de comunicação entre a sociedade e empresas, passa a ser usada para evidenciar os métodos utilizados por empresas na evidenciação de suas práticas ambientais e os resultados obtidos. (DALMAGRO e OTT, 2003)

Nesse contexto Mello et al. (2016, p. 98) assinala que:

A entrada acentuada de empresas nos mercados de capitais, promoveu a introdução da ideia de sustentabilidade no campo dos investimentos, onde impactos de externalidades econômicas, crises acionárias e escândalos ocorridos no início dos anos 2000 envolvendo importantes empresas como a Enron e a WorldCom, trouxeram à tona questionamentos sobre a gestão voltada unicamente para resultados financeiros e contribuíram para o desenvolvimento de índices de sustentabilidade em bolsas de valores ao redor do mundo. O primeiro desses índices surgiu no ano de 1999 com a criação do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) nos Estados Unidos. Posteriormente, em 2001, a Inglaterra lançou o *FTSE4Good Index*, seguido pela África do Sul, a qual introduziu o *Johannesburg Stock Exchange Socially Responsible Investment* (JSE ISR) em 2003. O Brasil merece destaque por ter sido o quarto país no mundo, e o primeiro na América Latina, a lançar um índice de sustentabilidade no mercado de ações: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). (MELLO et al, 2016, p. 98).

Diante do exposto, pode-se observar que as pressões sociais surgidas a partir de uma sequência de eventos negativos, que associaram o nome das empresas a desastres ambientais levou a criação a itens de sustentabilidade das empresas nas Bolsas de Valores.

Em considerações de Mello et al. (2016, p. 99)

Conforme constatado pelo IFC, as empresas participantes costumam relatar benefícios em termos de melhora nas práticas sustentáveis e em sua reputação e, em certa extensão, também em impactos positivos no tocante ao preço de suas ações e acesso a financiamento externo, reforçando desse modo tanto a importância quanto a aceitação do índice junto ao mercado (MELLO et al., 2016, p. 99).

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Mello et al. (2016) para que uma empresa possa gerar lucro para seus acionistas e, ainda, preservar o meio ambiente, elas precisam ser avaliadas positivamente no tripé, formado pelo fator econômico (lucros, fluxos de caixa, entre outros), fator ambiental (utilização dos recursos naturais, geração de resíduos, entre outros) e fator social (impactos sobre a comunidade, práticas trabalhistas, entre outros).

Assim, Mello et al. (2016, p. 95) argumentam que:

No Brasil, embora não haja normalização legal, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabelece, por meio de uma das Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas, a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, procedimentos técnicos que devem ser observados pelas empresas para a evidenciação de informações nessas referidas áreas. A norma vigora desde 2006 e tem por objetivo demonstrar à sociedade a responsabilidade e a participação social das empresas (MELLO et al., 2016, p. 95).

Esse trabalho pode ser considerado relevante, pois, na atualidade um dos maiores desafios encontrados pela contabilidade ambiental é identificar problemas ou situações que possam comprometer o meio ambiente. A esse respeito Mapurung et al. (2015) que na atualidade as empresas estão buscando além da geração de lucros, associar sua imagem a atitudes socialmente responsáveis, sendo esse um fator preponderante para a permanência no mercado.

Pelo exposto a pergunta que norteou esse estudo foi: as empresas do setor de materiais básicos listadas na B3, fazem a evidenciação ambiental à luz da NBC T 15? E teve por objetivo analisar a importância da contabilidade na divulgação da informação nos aspectos ambientais. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica.

Para uma melhor estruturação do trabalho o mesmo se dividiu em capítulos, sendo o primeiro dedicado a introdução, o segundo ao referencial teórico, o terceiro à metodologia, o quarto a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, e, por fim foram apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo dedica-se a apresentar um estudo dos temas responsabilidade sócio ambiental das empresas, contabilidade ambiental e evidenciação ambiental e divulgação voluntária (*disclosure*), que formarão o referencial teórico dessa monografia.

2.1 Responsabilidade sócio ambiental das empresas

Desde meados do século XX que a Organização das nações Unidas (ONU) tem preconizado os princípios de desenvolvimento sustentável, enfatizando a necessidade da utilização racional dos recursos ambientais, pelas gerações atuais, de modo a garantir às necessidades futuras. Contudo, para alcançar essa meta se faz necessário uma mudança nos atuais paradigmas econômicos e ambientais, em que o lucro deixa de ser o foco das operações, e a qualidade de vida e a equidade social passem a ser prioridade. (BOTH; FISCHER, 2017).

Conforme aponta Marques (2017, p. 39)

A globalização e a busca por produtos ecologicamente corretos estão tornando a sociedade mais exigente, o que tem forçado as empresas a adotarem uma postura mais responsável diante dos recursos naturais e a divulgar suas ações ambientais em benefício das futuras gerações.

Em apontamentos de Portella et al (2015) as contínuas modificações econômicas, sociais levaram os gestores a observarem a necessidade de as organizações investirem em ações sócio ambientais. Deve-se apontar que o desenvolvimento sustentável ocorre quando é possível observar a utilização harmoniosa entre os seguintes elementos, os quais seguem descritos: “desenvolvimento econômico, preservação do meio ambiente e justiça social (serviços públicos de qualidade), qualidade de vida e o uso consciente dos recursos naturais, compreendendo solo, água, oxigênio, energia oriunda do sol, florestas, animais, entre outros”. (BOTH; FISCHER, 2017, p. 52).

De acordo com Moreira et al (2014, p. 62) pode-se observar que ultimamente as questões sociais e ambientais têm se destacado no cenário empresarial devido a diferentes

fatores, dentre os quais os autores ressaltam: “preocupação da sociedade com o aquecimento global, a exaustão de recursos naturais não renováveis e as possíveis consequências negativas desses e outros fenômenos para humanidade”.

Isso ocorre de acordo com Tenório (2011) em virtude de “um ressurgimento da ética como referencial de convívio, a responsabilidade social empresarial, também denominada de corporativa” tem se tornado um fator de avaliação das organizações pelos investidores e, sociedade.

Para Francischini (2005, p. 23) a responsabilidade social, pode ser entendida como, o apoio voluntário das organizações para o desenvolvimento sustentável, nesse contexto, pode-se compreender que a mesma se está relacionada a “integração de atividades sociais e ambientais nas operações empresariais, assim como sua interação com as partes interessadas, contribuindo para a produtividade, a competitividade e a rentabilidade das empresas”. Sendo sua meta, de acordo com o autor, a adoção por parte das empresas de um comportamento ético que possa contribuir para o desenvolvimento econômico, melhoria da qualidade de vida das sociedades atuais e futuras.

De acordo com o Instituto Ethos (2016) as organizações que se alinham aos preceitos da Responsabilidade Social buscam um modelo de gestão que envolva a promoção o desenvolvimento sustentável, e estimula as relações éticas e transparentes da empresa com os diferentes públicos com os quais se relaciona.

Para Tenório (2011, p. 25):

A responsabilidade social nasce de um compromisso da organização com a sociedade, em que sua participação vai além do que apenas gerar empregos, impostos e lucros. O equilíbrio da empresa dentro do ecossistema social depende basicamente de uma atuação responsável e ética em todas as frentes, em harmonia com o equilíbrio ecológico, com o crescimento econômico e com o desenvolvimento social.

Na atualidade a sociedade tem exigido que o poder público e as organizações busquem desenvolver mecanismos de utilização responsável dos recursos naturais, de modo que haja crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social e responsabilidade ambiental. (FERREIRA et al., 2016).

Assim, Mello et al. (2016, p. 97) apontam que para que uma empresa possa se destacar diante a seus *stakeholders* estabelecendo metas que busquem o desenvolvimento sustentável, se faz necessária “uma gestão baseada nos princípios da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), os quais visam promover um relacionamento ético e transparente”.

Segundo Pena et al (2007) a responsabilidade social pode ser entendida como atos que as organizações empreendem na busca da sustentabilidade ambiental e que afetam de forma positiva todos os seus *stakeholders*.

Assim, Mello et al. (2016) apontam que as empresas precisam visar além do lucro, é necessário também voltar suas práticas para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido Mapurung et al (2015) argumentam que os gestores observam a necessidade das organizações firmarem um compromisso com a sociedade, mantendo relacionamentos de respeito com o meio ambiente, em resposta a esse acordo.

Pereira et al. (2017), evidenciaram que por volta de 1990 os investidores estavam procurando aplicar seus recursos financeiros em entidades socialmente responsáveis, tendo como objetivo investimento de longo prazo. Desta forma, pioneiro na América Latina, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) teve início no Brasil, em 2005, pela Bolsa de Valores de São Paulo, em conjunto com outras entidades.

Observa-se de acordo com o exposto que as empresas que queiram se destacar para o seu público alvo precisam investir na responsabilidade sócio ambiental.

Para Correia et al. (2017, p. 329) “os impactos socioambientais das empresas têm sido alvo de estudos de diversas ciências, inclusive a contábil, que estuda o modo como às organizações divulgam essa temática informacional em suas demonstrações contábeis”. Tema a ser abordado a seguir.

2.2 Contabilidade ambiental

Para Jabour e Jabour (2013), as organizações com uma boa gestão ambiental podem obter diversos benefícios. Na maioria das vezes essas vantagens estão associadas a dois tipos: os benefícios internos e externos. Segundo os autores, considera-se como benefício interno os que somam de forma positiva para a empresa, como: melhorias no desempenho da organização, desempenho de mercado, assim como em inovação e melhorias na produtividade. Já os benefícios externos são os que afetam a população em geral, como sustentabilidade e qualidade dos produtos. Existem também os benefícios que são internos e externos, pois agem conjuntamente para melhoria da gestão ambiental, como exemplo o aumento da receita organizacional e redução na poluição.

Nesse contexto Mapurung et al. (2015) argumentam que em virtude da percepção dos gestores da importância do comprometimento com a responsabilidade social, a os pesquisadores da área contábil têm buscado investigar esse campo do conhecimento, denominado contabilidade ambiental. Nesse contexto, Moreira et al. (2014, p. 63) apontam que desponta a contabilidade social, que pode ser denominada de,

Uma grande variedade de formas e aparece com vários nomes. É usada como um termo genérico para cobrir todas as formas de evidenciação que vão além do sentido puramente econômico, a exemplo da responsabilidade social corporativa, auditorias sociais, comunicação social corporativa, relatório de emprego, relatórios dirigidos aos *stakeholders*, incluindo nessa relação a própria contabilidade ambiental (MOREIRA et al., 2014, p. 63).

Both e Fischer (2017) apontam que em virtude das pressões da sociedade por responsabilidade social por parte das empresas e mais transparência no uso dos insumos naturais, as organizações passaram a incluir em suas demonstrações contábeis os impactos ambientais gerados por suas atividades produtivas, contexto em que surge a contabilidade ambiental que tem por meta fornecer informações para os públicos internos e externos.

Correia et al (2017) apontam que o surgimento da contabilidade ambiental está associado a necessidade de as organizações registrarem de forma adequada seus esforços para a sustentabilidade ambiental, de modo a prover a sociedade das ações voltadas para a Responsabilidade Social empreendidas pela empresa.

Para Lins (2015, p. 89) a contabilidade ambiental pode ser definida como:

Instrumento de mensuração e acompanhamento dos gastos voltados à preservação e mitigação dos danos ambientais e ainda na avaliação de desempenho, devidamente integrada e coordenada com a contabilidade financeira, abrangendo desde a avaliação e classificação dos fornecedores sob a ótica ambiental para a aquisição de insumos, até a destinação dos descartes dos seus produtos pelos seus consumidores.

Observa-se que o objetivo da contabilidade ambiental é apresentar ao público as atividades relacionadas à preservação do meio ambiente desenvolvidas por uma organização, de modo a evidenciar às ações voltadas para a responsabilidade social organizacional. (BOTH; FISCHER, 2017).

Freitag et al. (2016, p.80) apontam que a contabilidade ambiental pode ser descrita como a atividade que identifica “dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário em suas tomadas de decisões. Essa tem por função destacar nas evidenciações, os fatos relacionados ao meio ambiente”.

Assim, a contabilidade ambiental, de acordo com Freitag et al. (2016) tem como meta:

Identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade. Contabilidade Ambiental, portanto, é o elo da contabilidade que registra os bens, direitos e obrigações ambientais de uma entidade, com objetivo de informar aos usuários, tanto interno quanto externo, as alterações desse patrimônio. (FREITAG, et al, 2016, p.80).

De acordo com o exposto pode-se compreender a contabilidade ambiental como uma ferramenta que as organizações utilizam para comunicar aos *stakeholders* as ações voltadas para a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente por ela desenvolvida.

Both e Fischer (2017, p. 53) apontam que:

O objetivo da contabilidade ambiental é registrar, organizar, demonstrar, analisar e acompanhar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos destas, que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa, devendo assegurar que os custos, os ativos e os passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade ou, na sua ausência, com as práticas contábeis geralmente aceitas, e que o desempenho ambiental tenha a transparência de que os usuários da informação necessitam. (BOTH; FISCHER, 2017).

Assim, Marques (2017, p. 39) aponta que “a contabilidade ambiental tem um papel fundamental, pois envolve a sobrevivência de todos os organismos vivos da Terra e garante um meio eficaz de gestão ambiental organizacional”.

De modo a tornarem públicas suas ações voltadas para o cumprimento dos compromissos da responsabilidade sócio ambiental, as organizações podem evidenciar suas ações por meio da divulgação voluntária o *disclosure*.

Em apontamentos de Marques (2017, p. 39) “a busca da contabilidade ambiental tem aumentado entre as empresas, uma vez que o uso dos recursos naturais é inevitável para que as organizações mantenham suas imagens, bem como a confiabilidade e a transparência dos seus relatórios e demonstrações”.

Fernandes et al. (2017, p. 02) argumentam que na atualidade tem havido pressões de entidades governamentais e civis, para que as organizações assumam a responsabilidade pelos impactos ambientais que causam no desempenho de suas atividades econômicas, isso somado aos escândalos contábeis também ocorridos, fez com que a divulgação ambiental se tornasse uma ferramenta necessária para que as empresas evidenciem suas ações de responsabilidade ambiental, “permitindo às partes interessadas conhecer os investimentos e as atividades ambientais da companhia”.

Assim, a seguir será apresentado um estudo sobre a evidenciação ambiental e divulgação voluntária (*disclosure*).

2.3 Evidenciação ambiental e divulgação voluntária (*disclosure*)

Conforme o até aqui estudado pode-se compreender que na atualidade os gestores, no século XXI, estão compreendendo a importância de publicarem suas ações voltadas para o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental, e uma das ferramentas que podem ser utilizadas é a divulgação voluntária de informações sócio ambientais, além das financeiras, em suas declarações contábeis.

Mapurung et al. (2015) apontam que o *disclosure* de dados contábeis, que pode ocorrer de forma voluntária e/ou obrigatória, tem se tornado relevante para as organizações uma vez que os *stakeholders*, usam essas informações como subsídio para tomarem suas decisões em relação aos seus investimentos.

Conforme Mapurung et al. (2015) buscando legitimar suas ações diante da sociedade as empresas passaram a divulgar voluntariamente suas informações sociais nas demonstrações contábeis, fato que ocorre devido as pressões que as organizações têm sofrido na contemporaneidade para assumir suas obrigações com a sociedade e meio ambiente.

Na atualidade as organizações têm adotado como estratégia de negócios investir recursos na responsabilidade sócio ambiental, buscando empreender esforços na adoção de práticas de gestão que atendam aos interesses sociais, e dos *stakeholders*. Nesse contexto as empresas brasileiras gradualmente têm buscado evidenciar suas informações, por meio do *disclosure*, que tem sido a ferramenta utilizada pelos investidores. (PEREIRA et al., 2017).

De acordo com Marques (2017),

A evolução da contabilidade sempre esteve relacionada ao desenvolvimento da sociedade e das organizações. Os usuários da contabilidade acabam buscando esta ciência a fim de obter auxílio para a tomada de decisão, o que acaba influenciando o meio ambiente social. O aumento do interesse de pesquisadores sobre o segmento e a pressão da sociedade por serviços e produtos mais sustentáveis têm obrigado as empresas a sair do modelo tradicional de gestão buscando procedimentos e processos que ofereçam benefícios a população e ao meio ambiente (MARQUES, 2017, p. 40).

Na atualidade as empresas brasileiras têm observado a necessidade de desenvolver ações voltadas para a preservação ambiental de modo a darem resposta aos clamores da sociedade que exigem das organizações maior comprometimento com a responsabilidade social. A divulgação das informações contábeis tem como principal objetivo divulgar

informações sobre o desempenho econômico, financeiro, social e ambiental para os usuários internos e externos da entidade, trazendo com ele, informações verídicas sobre qual a situação atual da entidade. (TINOCO; KRAEMER, 2011).

A evidenciação ambiental surgiu para auxiliar na divulgação de informações à sociedade. Ao divulgar essas informações é preciso levar em conta algumas situações, como: “as demandas; o entendimento que o meio ambiente é uma fonte esgotável; a responsabilidade profissional e o sistema complexo que envolve o tema (diversos atores, sistemas e interesses).” (DA ROSA et al., 2011, p. 45).

Conforme Domenico et al. (2012),

A discussão sobre o meio ambiente tem ganhado destaque na área contábil, em razão dos resultados alarmantes de problemas como a poluição, esgotamento de recursos naturais e efeitos negativos sobre o clima e a temperatura do planeta. Isso pode ser comprovado pelas inúmeras iniciativas voluntárias de empresas que divulgam suas práticas em prol da preservação do meio ambiente. (DOMENICO et al., 2012, p. 67)

Assim, as empresas têm buscado de forma voluntária, evidenciar suas ações voltadas para a proteção, preservação e recuperação ambiental, pois, conforme ensinam Ferreira et al. (2016) os gestores estão percebendo ser essa uma iniciativa que pode levar a conquista de vantagem competitiva.

Para Pereira et al. (2017, p. 122) a evidenciação deve buscar divulgar as informações referentes a gestão ambiental das empresas de forma transparente, oferecendo dados de qualidade, oportunidade e clareza. Essa ação deve visar a “transparência pretendida com o *disclosure*, a instituição deve divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem aos usuários formar uma compreensão das atividades desenvolvidas” bem como dos riscos.

Assim a evidenciação ambiental veio como uma forma de informar à sociedade sobre as questões ambientais, tomando como base as demandas, a escassez dos recursos e as dificuldades e interpretações que estão à volta esse tema, assim como a responsabilidade do profissional. (DA ROSA et al., 2011)

Nesse contexto Freitag et al. (2016) argumenta que:

A evidenciação ambiental auxilia a manter a comunicação sobre a gestão ambiental das empresas com suas partes interessadas (*stakeholders*), tais como: órgãos reguladores, governamentais, sociedade civil organizada, comunidade científica, comunidade civil organizada, investidores, credores, fornecedores, clientes, entre outros, ou seja, é vista como método fundamental para informar os usuários de

prováveis riscos relacionados ao meio ambiente, considerando as pressões do governo, investidores e da sociedade. (FREITAG, et al., 2016, p.82).

Assim, pode-se compreender que a divulgação das informações contábeis tem como meta divulgar informações sobre qual a situação atual da organização em relação ao seu desempenho nas ações voltadas para a responsabilidade social, de modo que os usuários internos e externos da entidade possam se manter informados sobre o uso que a mesma faz dos insumos naturais.

Para Pereira et al. (2017, p. 122) a divulgação socioambiental pode ser descrita como a publicação de “informações de caráter ambiental que são divulgadas, obrigatoriamente ou de forma voluntária, pelas empresas em seus relatórios”, de modo a atenderem às necessidades dos *stakeholders*, e, também, melhorar a imagem corporativa. Para os autores os aspectos relacionados a responsabilidade sócio ambiental tem se revestido de considerável importância para os consumidores, funcionários, acionistas, sociedades, entre outros.

Nesse sentido, Higuchi e Vieira (2012, p. 31) salientam que “do ponto de vista das organizações, a responsabilidade social corporativa ou empresarial implica executar ações que trazem benefícios não somente para os investidores, mas também para a sociedade”.

Conforme Tinoco e Kraemer (2011) um dos meios mais utilizados pelas empresas para a divulgação das questões ambientais é através do balanço social juntamente com as demonstrações contábeis, assim como relatórios ambientais e socioambientais.

Deve-se considerar que existem empresas brasileiras que ainda não evidenciam em suas declarações suas ações voltadas para o uso dos insumos naturais, contudo, em virtude das pressões da sociedade esse número tem diminuído. Pode-se dizer que a evidenciação é guiada pelo corpo social, utilizando regras e leis, fazendo com que a evidenciação ambiental estipule protótipos de informações ambientais para gestão interna e para gerenciar as organizações, espera-se o conhecimento entre sociedade e organizações. (DA ROSA et. al., 2011).

Nesse sentido Mapurung et al. (2015) argumentam que tem sido observado o aumento de empresas no Brasil que têm buscado evidenciar suas ações de natureza ambiental e social nas demonstrações contábeis, de modo que os gestores possam transmitir a ideia que sua empresa está assumindo obrigações de responsabilidade social.

Evidenciar informações de natureza social e ambiental pode gerar benefícios ou prejuízos para empresa e tem como finalidade demonstrar transparência quanto aos procedimentos, ações e impactos ambientais gerados por uma empresa. Divulgando aos usuários da contabilidade aspectos econômicos, financeiros, sociais e ambientais os quais devem representar a realidade para que possam representar a real situação econômica e financeira da entidade (MARQUES, 2017, p. 41).

O que se observa, de acordo com Tinoco e Kraemer (2011) é que atualmente não existem muitos incentivos e normas para o *disclosure* ambiental. Uma das grandes iniciativas de divulgação é a *Global Reporting Initiative* (GRI) que atualmente traz algumas diretrizes para a elaboração dos relatórios envolvendo a sustentabilidade. De acordo com o GRI as principais diretrizes para o relatório são: Declaração do presidente: Onde deve ser evidenciado os principais objetivos, quais foram os êxitos e fracassos, os ganhos e perdas e as principais dificuldades encontradas pelas entidades. Perfil da organização relatora: Deve relatar um panorama da entidade, para que os leitores tenham uma maior compreensão sobre a empresa e as informações por ela fornecida. Assim, compõe-se as informações:

Nome e endereço da empresa, principais produtos e marcas, natureza jurídica, tipo de mercado em que atua, dimensão das atividades da empresa (vendas líquidas, margem bruta etc.), vendas por região ou grupo de produtos, análise dos custos por país/região, extensão de cobertura do relatório (matriz/filiais, países/regiões, etc) entre outros. (TINOCO; KRAEMER, 2011, p.54).

Mello et al. (2016) argumentam que não existe no Brasil uma norma que obrigue as empresas a evidenciar informações ambientais, sendo essa, quando ocorre, uma ação voluntária, o que torna questionável, de acordo com o autor, a veracidade das informações.

Ainda segundo Mello et al (2016, p. 99)

Visando contribuir para a melhora desse cenário, o CFC aprovou, por meio da Resolução nº 1.003, de agosto de 2004, a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Essa norma, que entrou em vigor em 2006, estabelece procedimentos a serem seguidos pelas empresas para evidenciar informações de natureza social e ambiental, a fim de mostrar à sociedade sua participação e responsabilidade social. Importante destacar que tal evidenciação, quando realizada, deve ser divulgada de maneira complementar às demonstrações contábeis das empresas (MELLO et al., 2016, p. 99).

Os autores apontam que a NBC T 15, deve ser cumprida quando as empresas apresentam em suas demonstrações contábeis dados de natureza social e ambiental devem ser compreendidas como elementos complementares, não podendo haver confusão entre essas informações e as notas explicativas, salienta-se que essas “devem ser apresentadas comparando as informações do exercício atual com o exercício anterior” (MELLO et al., 2016, p. 100).

Para Pereira et al (2017), a NBC T – 15 é uma iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade, com o intuito de definir quais informações as organizações devem evidenciar em suas demonstrações contábeis.

Pereira et al (2017, p. 127) pode-se observar que:

No Brasil vem se tornando prática cada vez mais comum que as empresas evidenciem suas informações com maior nível de transparência, ética e agilidade, e que *disclosure* se tornou uma ferramenta de suporte para tomada de decisão dos *stakeholders*. Todavia, as informações para serem consideradas úteis, necessitam serem divulgadas de modo compreensivo e em tempo hábil, para que ocorra interpretação adequada referente ao resultado econômico e financeiro da entidade e que estejam em conformidade com as normas acima mencionadas.

Moreira et al. (2014) apontam que as pressões sociais para que as empresas tenham uma maior preocupação com questões sócio ambientais tem levado os gestores a divulgarem essas informações, mesmo que haja obrigatoriedade, pois, para os autores a não evidenciação pode levar a formação de uma imagem negativa junto aos *stakeholders*.

Assim, pode-se observar que mesmo não havendo uma legislação específica que torne obrigatória a evidenciação de informações ambientais nas demonstrações contábeis das empresas, existe a NBC T 15, que busca balizar as informações de natureza sócio ambiental divulgadas pelas empresas brasileiras.

3 METODOLOGIA

Conforme Vergara (2016) as pesquisas podem ser classificadas quanto aos fins e quanto aos meios. Em relação aos fins, essa pesquisa pode ser definida como exploratória que de acordo Vergara (2016, p. 04) pode ser descrita como uma “investigação em área onde há pouco conhecimento sistematizado, acumulado. Pela sua natureza de sondagem não comporta hipóteses prévias. Que, todavia, poderão surgir, durante ou ao final da pesquisa”.

Quanto aos meios essa pesquisa utilizará procedimentos da revisão bibliográfica, na qual dois aspectos são destacados: “(a) a análise de pesquisas anteriores sobre o mesmo tema e/ou sobre temas correlatos e (b) a discussão do referencial teórico” (ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 178). Ainda segundo o raciocínio dos autores aponta-se que: “a importância atribuída à revisão crítica de teorias e pesquisas no processo de produção de novos conhecimentos não é apenas mais uma exigência formalista e burocrática da academia. É um aspecto essencial à construção do objeto de pesquisa e como tal deve ser tratado”. (ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 2002, p. 187).

3.1 Objeto de estudo

Foi definido como objeto de estudo desta monografia as empresas brasileiras que atuam no setor de materiais básicos, incluindo os subsetores de siderurgia e metalúrgica que atuam no segmento de artefatos de cobre, artefatos de ferro e aço e siderurgia (quadro 1). E que estejam listadas na B3, as quais seguem listadas: Gerdau S.A., Tekno S.A., Paranapanema, Fibam Companhia Industrial, Mangels Indústrias S.A., Panatlântica S.A., CIA de Ferro Ligas da Bahia-FERBASA, CIA Siderúrgica Nacional, Metalúrgica Gerdau S.A., Indústria Siderúrgica de Minas Gérias-USIMINAS. (BM&FBOVESPA, 2018)¹.

¹Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em 01 mai. 2018.

Quadro 1: empresas listadas no setor de materiais básicos B3

Setor	Subsetor	Segmento	Empresas
Matérias básicas	Siderurgia e metalurgia	Artefatos de cobre	PARANAPANEMA S.A.
Materiais básicos	Siderurgia e metalurgia	Artefatos de cobre e ferro	FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL; MANGELS INDUSTRIAL S.A.; PLANATLÂNTICA S.A. TEKNO S.A. - INDUSTRIA E COMERCIO
Materiais básicos	Siderurgia e metalurgia	Siderurgia	CIA FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA; CIA SIDERURGICA NACIONAL; GERDAU S.A.; METALURGICA GERDAU S.A.; USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS

Fonte: BM&FBOVESPA (2018).

Fator de Inclusão: estar listadas no B3 e ter sua demonstração contábil disponível no CMV (Busca de Cia Aberta)², contudo serão analisadas apenas as empresas que evidenciarem na demonstração contábil um campo destinado a “Responsabilidade Social”, no período compreendido entre os anos de 2013, 2014, 2015, 2016, e 2017, respectivamente. Ao se analisar um período de cinco anos, houve a possibilidade de comparar as demonstrações contábeis ano a ano e assim, comparar as informações do exercício evidenciado no período.

Assim as empresas contempladas nesse estudo foram: Gerdau S.A., CIA de Ferro Ligas da Bahia-FERBASA, CIA Siderúrgica Nacional; Metalúrgica Gerdau S.A.. As demais, ou seja, Tekno S.A., Fibam Companhia Industrial, Mangels Indústrias S. A., Panatlântica S.A., Paranapanema e USIMINAS não evidenciam o campo “Responsabilidade Social”.

3.2 Materiais

Coletar dados para uma pesquisa deve ser considerado uma tarefa que demanda tempo e trabalho, onde são necessários uma técnica criteriosa e instrumentos adequados para registro e análise dos dados colhidos em campo (CHIZZOTTI, 2001).

Para a presente pesquisa os dados foram colhidos em fontes secundárias, revisão de literatura. Demonstrações Contábeis das empresas no período compreendido entre os anos 2013, 2014, 2015, 2016, 2017.

²Disponível em: cvmweb.cvm.gov.br. Acesso em 01 mai. 2018.

3.3 Métodos

A Resolução do CFC 1003, NBC T 15 (ANEXO 1) que trata das informações de natureza social e ambiental entrou em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2006, ela foi implementada principalmente para auxiliar na evidenciação das publicações referentes às informações de natureza social e ambiental, com a principal finalidade de mostrar a sociedade a participação e responsabilidade social das entidades. De acordo com Mello et al (2016) a norma entende que as informações sociais e ambientais tratam basicamente de: a) geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente.

Para análise dos dados apoiou-se, também, em oito variáveis que foram apresentadas nos estudos de Mello et al. (2016, p. 100) as quais seguem apresentadas no quadro 2.

Quadro 2: variáveis da pesquisa de Mello et al (2016)

D1: Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
D2: Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
D3: Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
D4: Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
D5: Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
D6: Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
D7: Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
D8: Passivos e contingências ambientais

Fonte: adaptado de Mello et al (2016).

Para os autores quando a evidenciação ambiental ocorre conforme com os padrões estabelecidos pela NBC T 15, os constructos apresentados poderão ser mensurados por essas variáveis.

Contudo, embora esse estudo se baseie na metodologia de Mello et al (2016) as variáveis a serem analisadas nesse estudo, serão adaptadas ao mesmo, as quais seguem listadas: Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais. Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade. Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade, conforme demonstra o quadro 3.

Quadro 3: variáveis da pesquisa

Variável/ano	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;					
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais.					
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.					
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;					

Fonte: elaborado pela autora

As variáveis analisadas nessa monografia estudo são específicas para as análises que serão traçadas nesse estudo, e por isso, não foram utilizadas integralmente as alternativas apresentadas por Mello et al (2016).

Para a análise dos dados colhidos serão utilizados procedimentos qualitativos, que conforme Chizzoti (2001, p. 52) “fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos”.

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa, bem como a discussão do tema abordado.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Dalmagro e Ott (2003, p.4), empresas principalmente do setor industrial passam por pontos críticos em relação aos temas ambientais. Com as exigências dos consumidores, empresas passaram a ter uma maior conformidade com os sistemas ambientais afim de transmitir uma melhor imagem e com isso ganhar mercados, aumentando também, a responsabilidade financeira dos danos causados.

Nesse contexto, Pereira (2017) aponta que a Bolsa de Valores de São Paulo incentiva as empresas a desenvolverem um ambiente de negócios compatível com as demandas da responsabilidade social, exigidos pelas sociedades contemporâneas.

Contudo Altoé et al (2017) apontam que:

A Bovespa em dezembro de 2005 criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que busca avaliar de forma integrada diferentes escopos da sustentabilidade, cujo foco é induzir as entidades a terem boas práticas ambientais. Ressalta-se que na composição do ISE, uma das dimensões refere-se ao Tripple Bottom Line que considera três perspectivas de análise: i) econômica; ii) social; e iii) ambiental. A dimensão econômica analisa a eficácia da alocação dos recursos de produção; a social considera o desenvolvimento humano, especificamente os aspectos referentes a remuneração dos empregados, ambiente seguro; e a vertente ambiental centra-se nos aspectos relativos ao ecossistema e recursos naturais. Nesse sentido, a maior divulgação dos aspectos ambientais contribui para a criação de uma imagem ambientalmente correta, redução do custo de capital e aumento da liquidez das ações. É um diferencial para as organizações que adotam essa postura (ALTOÉ et al., 2017, p. 55).

Assim, pode-se compreender que a B3 tem empreendido esforços no sentido de influenciar as empresas listadas a oferecerem nas suas demonstrações contábeis evidências de suas ações voltadas para o cumprimento dos pressupostos da responsabilidade sócio ambiental.

Moreira et al. (2014) apontam que dentre os fatores que levam os gestores a evidenciar de forma voluntária as ações de responsabilidade social adotadas pela organização destacam-se além dos legais.

Conforme Moreira et al (2017)

Racionalidade econômica; prestar contas ou responsabilidade de informar; cumprir com as necessidades de financiamento; cumprir com as expectativas da comunidade; responder a certas ameaças à legitimidade da organização; gerenciar grupos de interesse particulares; atrair fundos de investimento; atender aos requisitos da indústria, ou códigos de conduta; evitar esforços de introduzir regras de divulgação mais onerosas; ganhar prêmios de relatórios específicos (MOREIRA et al., 2014, p. 78).

Para os autores é importante considerar que as empresas que optam por evidenciarem voluntariamente suas ações sociais e ambientais, podem estar buscando criar uma imagem positiva para os *stakeholders*.

Conforme apontam Correa et al. (2017, p. 329)

As empresas da atividade de Siderurgia que possuem um processo produtivo que demanda variados recursos naturais e provocam impactos no meio ambiente. Com isso, entende-se que as empresas deste segmento, seja por motivos de competitividade no mercado ou por cumprimentos de distintivos legais e reivindicações da sociedade, estão submetidas a uma conduta de responsabilidade socioambiental.

Nesse contexto buscou-se estudar as empresas do setor de materiais básicos no Brasil, que se encontram listadas no B3, incluindo os subsetores de siderurgia e metalurgia, que atuam nos segmentos de artefatos de cobre, artefatos de ferro e aço e siderurgia. Que tenham suas demonstrações contábeis disponíveis na CVM, apresentando o campo “Responsabilidade Social”, as empresas estudadas foram: Gerdau S.A., CIA de Ferro Ligas da Bahia-FERBASA, CIA Siderúrgica Nacional; e, Metalúrgica Gerdau S.A. no período compreendido entre os anos de 2013-2017, o que permitiu comparar as informações do exercício ano a ano, conforme ensinam Mello et al. (2016).

Assim, o presente capítulo pretende investigar se as empresas listadas nesse estudo investem em gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente e, em gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais. Se apresentam investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade, e, com educação ambiental para a comunidade.

4.1 Uma análise das empresas do setor de materiais básicos listadas na B3 à luz da NBC T 15

A seguir será apresentado os resultados da consulta efetivada nas demonstrações contábeis da Gerdau S.A., CIA de Ferro Ligas da Bahia-FERBASA, CIA Siderúrgica Nacional; e, Metalúrgica Gerdau S.A. de forma a analisar se as mesmas ao evidenciar suas ações voltadas para a responsabilidade social, cumprem a NBC T 15, que de acordo com Marques (2017) pode ser descrita como uma norma criada para auxiliar as organizações a

evidenciar para a sociedade informações que dizem respeito à responsabilidade social e ambiental.

Destaca-se que embora a empresa Paranapanema, não tenha sido incluída nesse estudo a mesma evidenciou no ano de 2013 o campo Responsabilidade Social, em que demonstrava investir em educação ambiental, em recuperação do meio ambiente e, outros projetos ambientais.

Ainda que possa ser observada a evidenciação de ações voltadas para a sociedade nos anos de 2015 e 2016, a empresa USIMINAS, não evidencia o campo “Responsabilidade Social”. Conforme apontamentos de Correa et al (2017, p. 34) “a Usina Sid de Minas Gerais S.A. que apresentou em 2011, 2014 e 2015, evidenciaram informações ambientais mais qualitativas e compreensíveis que as empresas que não divulgaram”.

Cabe ressaltar que de acordo com Moreira et al. (2014, p. 64):

O aumento no volume de informações socioambientais de caráter voluntário tem funcionado como instrumento de legitimação para diversas empresas, uma vez que a divulgação de tais informações objetiva evidenciar que as companhias possuem responsabilidade social corporativa.

Conforme Marques (2017) deve-se considerar que a NBC T 15 permite as organizações divulgarem suas práticas de gestão ambiental, contudo, estabelece critérios a serem seguidos para a divulgação de suas informações socioambientais. O autor ressalta que antes da norma eram encontrados diferentes formas e modelos que as empresas utilizavam para oferecer as informações ambientais.

Primeiramente foi analisada a Gerdau S.A., que de acordo com dados colhidos na demonstração contábil (2017):

É líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que estão ampliando o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. A Gerdau possui plantas industriais em 14 países – nas Américas, na Europa e na Ásia –, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço por ano. Além disso, é a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Com mais de 120 mil acionistas, as ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri (DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL, 2017, p. 06).

Os dados extraídos das demonstrações contábeis da Gerdau S.A., no período compreendido entre os anos de 2013-2017, seguem apresentado no quadro 4.

Quadro 4: Gerdau S.A..

Variável/ano	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	X	X	X		
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais.	X		X		
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.					
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	X	X	X		

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em relação às variáveis observadas, pode-se observar que no período compreendido entre os anos de 2013, 2014 e 2015 a empresa Gerdau efetuou investimentos na manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investiu na preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais. Também buscou empregar recursos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade, bem como as comunidades, onde a empresa atua.

Nos anos de 2016 e 2017 não foram encontrados dados referentes ao campo “Responsabilidade Social”, sendo apenas mencionado que a empresa encontra-se respondendo a todos os procedimentos exigidos pela operação Zelotes.

A segunda empresa analisada é a Metalúrgica Gerdau que,

Possui uma sólida estrutura de governança corporativa fundamentada em seus valores centenários. Além disso, conta com modernos sistemas de gestão para alcançar maior eficiência e competitividade de suas operações, buscando garantir a sustentabilidade do negócio. A Gerdau segue padrões internacionais de governança corporativa, pautados por rigorosos princípios éticos. Busca construir e manter relações de transparência e de proximidade com todos os seus públicos de interesse- clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e comunidade. (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS).

Os dados extraídos da demonstração contábil da Metalúrgica Gerdau no período compreendido entre os anos de 2013-2017, seguem apresentado no quadro 5.

Quadro 5: Metalúrgica Gerdau

Variável/ano	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	X	X	X		
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais.	X	X	X		
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.					
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;					

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Pela análise do quadro cinco pode-se observar que nos anos de 2013, 2014 e 2015, houve investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente e, com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais. Contudo não houve evidênciação com investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; e, com educação ambiental para a comunidade. Nos anos de 2016 e 2017 não houve evidênciação de dados referentes a responsabilidade social, havendo apenas menção ao fato da empresa estar implicada na operação Zelotes.

Correa et al. (2017) em sua pesquisa “evidênciação socioambiental de empresas siderúrgicas brasileiras entre 2011 e 2015: análise dos relatórios financeiros e de sustentabilidade”, constaram que as empresas fazem a evidênciação ambiental de formas diferentes, baseadas em sua política cultural e o ambiente da organização.

Assim, conclui que mesmo sem ocorrer um padrão para divulgação para este tipo de informação, as mesmas são divulgadas voluntariamente, de acordo com o interesse da empresa, seja de forma crescente ou não e não necessariamente constante. As empresas estudadas fazem parte de um dos setores potencialmente poluidores no Brasil. Verificou-se na pesquisa que as empresas do segmento de Siderurgia vêm evidenciando de forma crescente e constante itens de cunho social e ambiental nos seus relatórios financeiros e de sustentabilidade. Observou-se também que não há muitas diferenças de uma empresa para outra na forma como divulgar, e sim, na quantidade de informação divulgada. As empresas Gerdau S.A e Metalúrgica Gerdau que apresentaram relatórios de sustentabilidade em todos os períodos (CORREA et al., 2017, p 341).

Os dados apresentados por Correa et al (2017) corroboram os resultados obtidos nessa pesquisa sobre Gerdau e Metalúrgica Gerdau, ou seja, essas evidenciam voluntariamente suas ações voltadas para a responsabilidade social.

A seguir serão apresentados os dados relativos à Companhia Siderúrgica Nacional, CSN, que possui,

Negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia, a CSN atua de forma integrada em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado. (DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL, 2017).

De acordo com os dados colhidos na demonstração contábil da CSN, a organização busca investir recursos na “Gestão Socioambiental e Sustentabilidade visando atuar de forma propositiva e atendendo aos diversos *stakeholders* envolvidos nas comunidades e negócios em que atua”. As práticas de sustentabilidade da CSN seguem apresentadas no quadro 6.

Quadro 6: CSN

Variável/ano	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	X	X	X	X	X
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais.	X	X	X	X	X
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.	X	X	X	X	X
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	X	X	X	X	X

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Com a análise dos dados obtidos nas demonstrações contábeis da CSN, em relação aos preceitos da NBC T 15, pode-se observar que no período analisado houve investimentos na manutenção e nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais; com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; e, com educação ambiental para a comunidade.

Higuchi e Vieira (2012) apontaram para a necessidade de que as empresas executem ações voltadas para a sustentabilidade ambiental não somente para melhorarem sua imagem perante a opinião pública, e assim aumentar seus lucros, que as ações desenvolvidas precisam beneficiar toda a sociedade forma ampla e abrangente.

A quarta empresa contemplada nesse estudo foi a Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA que é:

Uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca - BA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Sua controladora é a Fundação José Carvalho. A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização dos diversos tipos de ferroligas; a pesquisa e exploração de jazidas e beneficiamento de minérios para consumo próprio, para industrialização e comercialização; fabricação e

comercialização de cal virgem e cal hidratada; a elaboração, execução e administração de projetos de florestamento, reflorestamento, silvicultura e manejo sustentável, incluindo-se planos de proteção ambiental, visando a obtenção de madeiras para uso próprio ou comercialização; a transformação de florestas em carvão vegetal; aproveitamento econômico de resíduos sólidos gerados no processo de fabricação do ferroligas, incluindo-se a produção e comercialização de brita de escória, para a construção civil e asfalto a frio; estabelecimento e exploração de qualquer indústria que, direta ou indiretamente se relacione com seu objeto, inclusive, mediante participações em outras companhias, como acionista ou quotista.(DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL, 2017, p. 23).

Os dados coletados nas demonstrações contábeis da FERBASA relativos a evidenciação da responsabilidade social da empresa, seguem apresentados no quadro 7.

Quadro 7: FERBASA

Variável/ano	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	X	X	X	X	
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais.	X	X			
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade.	X	X	X	X	X
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	X	X	X	X	X

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pela análise do quadro sete pode-se observar que a Ferbasa investiu em gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria no meio ambiente nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. Em relação aos gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e outros projetos ambientais, foram evidenciados apenas nos anos de 2013 e 2014. No período compreendido entre os anos de 2013-2017 foram evidenciados investimentos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e funcionários da empresa, e também com outros projetos ambientais.

Conforme relatos da demonstração contábil da FERBASA (2017, p. 34):

A FERBASA, pioneira em práticas de responsabilidade social, estabelece e desenvolve ações consolidadas em seu Programa Aqui tem Ferbasa, estruturado pelos eixos de Educação, Esporte, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e Comunitário, cujos resultados proporcionam novas perspectivas e maior qualidade de vida aos seus beneficiados. Tendo como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico das localidades onde atua, em 2016, o Programa, contou com investimentos da ordem de, aproximadamente, R\$ 3 milhões, contra R\$ 1,8 milhão gasto em 2015, impactando cerca de 43.000 pessoas em 23 municípios do estado da Bahia. A seguir, destacamos algumas das ações realizadas no período. Outras estratégias de sustentabilidade também vêm sendo adotadas pela Companhia: desde 2012, a CSN participa do Fórum Clima promovido pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social e, em 2015, a Companhia aderiu à iniciativa Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas, propondo que o governo brasileiro assumisse

uma posição de liderança durante a 21ª Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), ou COP-21.

Diante do exposto pode-se observar que a FERBASA tem investido recursos na responsabilidade social da empresa, de modo a dar satisfações a sociedades e aos *stakeholders*.

Conforme aponta Marques (2017, p. 45):

Um dos objetivos da NBC T 15 quanto as informações do meio ambiente é que as empresas divulguem as informações e mantenham um controle sobre suas ações na natureza. O processo de gestão ambiental envolve ações de monitoramento dos danos ambientais e das ações preventivas realizadas pelas empresas.

Nessa perspectiva as organizações investigadas evidenciaram em suas demonstrações contábeis investirem em ações de recuperação ambiental, e na minimização dos impactos ambientais.

Moreira et al. (2014, p. 78) ao apresentarem as conclusões de sua pesquisa apontaram que:

Os principais fatores que impactam a evidenciação voluntária de informações socioambientais são as preocupações com a imagem da empresa, a competitividade empresarial, a redução do risco de possíveis ações, a maximização do valor do acionista, a oportunidade de novas fontes de financiamento, a valorização das ações, evitar impactos econômicos potencialmente danosos e a antecipação aos requisitos legalmente impostos.

Pelo exposto pode-se dizer que as empresas estudadas investem no desenvolvimento de ações socialmente responsáveis, mas ao evidenciarem esses atos, não cumprem integralmente o disposto na Norma NBC T 15.

Outro aspecto relevante é apontado por Mello et al (2016) é a importância de a evidenciação ambiental de um ano ser comparada ao exercício anterior, o que também não corre integralmente. Havendo casos em que parece se repetir as mesmas informações, havendo alteração somente no ano a que se refere.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desse estudo foi possível constatar que na atualidade a sociedade tem cobrado das empresas maior comprometimento com a sustentabilidade ambiental, de modo a assegurar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Nesse contexto firmaram-se os preceitos da responsabilidade social.

Compreendeu-se que a responsabilidade sócio ambiental das empresas encontra-se vinculada a tomadas de atitudes que priorizem não apenas a lucratividade, mas também, aspectos voltados para a preservação dos recursos ambientais e valorização do ser humano.

Uma das formas que as organizações dispõem para demonstrar para os *stakeholders* seu comprometimento com a responsabilidade sócio ambiental, é a evidenciação das suas ações ambientais, utilizando-se, assim da contabilidade ambiental, para prestarem contas a sociedade.

Cabe ressaltar que embora haja pressão social para que as empresas demonstrem maior comprometimento com a responsabilidade social, a evidenciação dessas ações não é obrigatória no Brasil. Contudo, para se criar uma normatização o Conselho Federal de Contabilidade instituiu a Resolução CFC n. 1003/04, Norma NBC T 15.

Ao se fazer uma análise das dez empresas do setor de materiais básicos, listadas na B3, somente quatro apresentam em sua demonstração contábil o campo “Responsabilidade Social”.

Ao analisar as empresas Gerdau S.A., CIA de Ferro Ligas da Bahia-FERBASA, CIA Siderúrgica Nacional; Metalúrgica Gerdau S.A do setor de materiais básicos listadas na B3 à luz da NBC T 15, confirmou-se que essas não se demonstram ajustadas a norma. Há que se apontar que mesmo havendo a evidenciação, essa não apresenta pontos claros e relevantes, apresentados pela norma, como, por exemplo, a publicação das multas ambientais sofridas.

A empresa Paranapanema, embora tenha evidenciado o campo responsabilidade social no ano de 2013, não o fez nos demais anos. As empresas Tekno S.A., Fibam Companhia Industrial, Mangels Indústrias S. A., Panatlântica S.A., USIMINAS não evidenciam o campo “Responsabilidade Social”.

Ressalva-se que esse foi apenas um estudo introdutório sobre a temática aqui abordada, havendo muito ainda a ser investigado para que se possa apresentar conclusões sobre o tema debatido. Contudo, acredita-se que se faz necessário maior comprometimento

das empresas estudadas com a responsabilidade sócio ambiental e, também, maior fidelidade a NBC T 15, quando as empresas optam por fazer a evidenciação ambiental.

REFERÊNCIAS

ALVES -MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ALTOÉ, S. M. L.; Et al. Índice de disclosure ambiental (ida): análise da aplicação de indicador desenvolvido a partir da ótica de especialistas no Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, SC, v. 16, n. 48, p. 52-68, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2402/1940>>. Acesso em 12/05/2018.

BOTH, F.; FISCHER, A. Gestão e contabilidade ambiental. **Unoesc & Ciência - ACSA** Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 49-57, jan./jun. 2017.

BM&FBOVESPA. **Empresas listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em 12/05/2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CORREIA, J. A. A. Et al.. Evidenciação socioambiental de empresas siderúrgicas brasileiras entre 2011 e 2015: análise dos relatórios financeiros e de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade** (2017): 4(8): 327-341. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.21438/rbgas.040808>>. Acesso em 12/05/2018.

DA ROSA, F.S. et. al. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. **Engenharia Sanitária Ambiental**, v. 16, n. 1, p. 157-166, 2011.

DALMAGRO, D.; OTT, E.. Gestão e contabilidade ambiental em empresas do rio grande do sul. In: **IX CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Guarapari, Espírito Santo**. 2003.

DOMENICO, D. D. Et al. Análise metodológica da produção científica de contabilidade ambiental nos periódicos internacionais de contabilidade. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**. V. 11. N. 2. 2012. Disponível em: <<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/1974>>. Acesso em 12/05/2018.

FREITAG, V C. Et al. Aplicabilidade da contabilidade ambiental nas indústrias química farmacêuticas do estado do Paraná. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 1, n. 1, p. 79-98, jan/abr, 2016.

FERREIRA, J. S.. Informações Financeiras Ambientais: Diferença entre o Nível de Disclosure entre Empresas Brasileiras. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v.10, n. 1, art. 1, p. 5-24 jan./mar. 2016

FERREIRA, A.C.D. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável – inclui Certificados de Carbono**,. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERNANDES, S. M. Et al.. A influência da composição do conselho de administração na evidência ambiental: uma análise nas empresas brasileiras. XXIV Congresso Brasileiro de Custos – Florianópolis, SC, Brasil, 15 a 17 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4232/4232>>. Acesso em 12/05/2018.

FRANCISCHINI, A. S. N.. **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades**.V. 04. São Paulo: Peirópolis, 2005.

HIGUCHI, A. K.; VIEIRA, F. G. D. **Responsabilidade social corporativa e marketing social corporativo: uma proposta de fronteira entre estes dois conceitos**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 34, n. 1, p. 31-40, Jan.-June, 2012. Disponível em: <<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/16759/pdf>>. Acesso em 12/05/2018.

INSTITUTO ETHOS. **O que é Responsabilidade Social Corporativa**. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em 12/05/2018.

JABBOUR, A. B. L. S; JABBOUR, C. C.. **Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. São Paulo: Atlas. 2013.

LINS, L. S.. **Introdução à Gestão Ambiental Empresarial: Abordando Economia, Direito, Contabilidade e Auditoria**. São Paulo: Atlas. 2015.

LOS, G. Z. Et al. Atendimento de instituições financeiras às recomendações de evidência ambiental da Global Reporting Initiative (GRI). **Revista de Tecnologia Aplicada (RTA)**. Vol. 2, No. 2, Mai-Ago 2013, p.58-80

MARQUES, L. O. Interação com o meio ambiente e divulgação dos relatórios: Uma análise das empresas ganhadoras do prêmio transparência ANEFAC/FIPECAF/SERASA, a luz da Norma Brasileira de Contabilidade, da teoria da divulgação e da legitimidade. **Revista de Finanças e Contabilidade da UNIMEP– REFICONT** – v. 4, n. 2, Jul/Dez – 2017. Disponível em: <<http://www.reficontunimep.com.br/ojs/index.php/Reficont/article/view/73/91>>. Acesso em 12/05/2018.

MAPURUNG, P. V. R. Et al.. Disclosure social e isomorfismo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 8, número 2, p. 267-281, ABR. - JUN. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/9181/pdf>>. Acesso em 12/05/2018.

MELLO, C. G. G. Et al. **Evidência ambiental segundo a nbc t 15: uma análise em quatro empresas do setor de energia elétrica de 2006 A 2014**

MOREIRA, N. B. Et al.. Fatores que Impactam a Divulgação Voluntária de Informações Socioambientais na Percepção dos Gestores. REUNIR: **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. Vol.4, nº 1, p. 62-82, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/188/pdf>>. Acesso em 12/05/2018.

PENA, R. P. Et al. **Responsabilidade Social empresarial e estratégia: um estudo sobre a gestão do público interno em duas empresas signatárias do GLOBAL COMPACT.** o&s - v.14 - n.40 - Janeiro/Março - 2007. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10872/7818>>. Acesso em 12/05/2018.

PEREIRA, R. M. Et al. Disclosure socioambiental das empresas brasileiras de capital aberto listadas no índice de sustentabilidade empresarial. **RAC - Revista de Administração e Contabilidade. Ano 16, n. 32, p.120-143, jul./dez. 2017.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323443790_DISCLOSURE_SOCIOAMBIENTAL_DAS_EMPRESAS_BRASILEIRAS_DE_CAPITAL_ABERTO_LISTADAS_NO_INDICE_DE_SUSTENTABILIDADE_EMPRESARIAL>. Acesso em 12/05/2018.

PORTELA, A. R. Et al.. Responsabilidade socioambiental por meio da missão, visão e valores: um estudo nas 100 maiores empresas de Santa Catarina. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental.** V. 4. N. 5. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/2495/2076>. Acesso em 12/05/2018.

Resolução CFC nº 1.003/04. NBC T 15. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acesso em 12/05/2018.

TENÓRIO, F.G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

TINOCO, E. T.; KRAEMER, M. P... **Contabilidade e gestão ambiental,** 3 ed. São Paulo: Atlas. 2011.

VEGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.**16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ANEXO

Resolução CFC nº 1.003/04

http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003

Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas constituem corpo de doutrina contábil que estabelece regras de procedimentos técnicos a serem observadas quando da realização de trabalhos;

CONSIDERANDO que a forma adotada de fazer uso de trabalhos de instituições com as quais o Conselho Federal de Contabilidade mantém relações regulares e oficiais está de acordo com as diretrizes constantes dessas relações;

CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho das Normas Brasileiras de Contabilidade, instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade, atendendo ao que está disposto no Art. 1º da Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, elaborou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

CONSIDERANDO que por se tratar de atribuição que, para o adequado desempenho, deve ser empreendida pelo Conselho Federal de Contabilidade em regime de franca, real e aberta cooperação com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Ministério da Educação, a Secretaria Federal de Controle, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e a Superintendência de Seguros Privados,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, sendo recomendada a sua adoção antecipada.

Brasília, 19 de agosto de 2004.

Contador JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO
Presidente

Ata CFC nº 861
Procs. CFC nos 40/04 e 42/04.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

15.1 – CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS

15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

15.2 – INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS

15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

15.2.2 – Recursos Humanos

15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

- a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;
- b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;
- c) gastos com encargos sociais;
- d) gastos com alimentação;
- e) gastos com transporte;
- f) gastos com previdência privada;
- g) gastos com saúde;
- h) gastos com segurança e medicina do trabalho;
- i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);
- j) gastos com cultura;
- k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;
- l) gastos com creches ou auxílio-creches;
- m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

- a) total de empregados no final do exercício;
- b) total de admissões;
- c) total de demissões;

- d) total de estagiários no final do exercício;
- e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;
- f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;
- g) total de empregados por sexo;
- h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos de 18 a 35 anos de 36 a 60 anos acima de 60 anos
- h) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos com ensino fundamental com ensino médio com ensino técnico com ensino superior pós-graduados
- i) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

- a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;
- b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;
- c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;
- d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 – Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;

- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

15.3 – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 – As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.